

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA**ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES****PORTARIA CONJUNTA Nº 5/2VP/2018**

Institui o marcador “Tema Relevante” para processos judiciais indicados à guarda permanente e dá outras providências.

O 1º VICE-PRESIDENTE, a 2ª VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe conferem, respectivamente, o art. 29, II, o art. 30, III, e o inciso I do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o disposto no item XIII da Recomendação nº 37, de 15 de agosto de 2011, alterada pela Recomendação nº 46, de 17 de dezembro de 2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 10, *caput*, da Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nº 749, de 28 de novembro de 2013, os documentos com indicativo de guarda permanente serão recolhidos à unidade de arquivo permanente do Tribunal, deixando de pertencer à unidade produtora;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Portaria da 2ª Vice-Presidência nº 111, de 7 de junho de 2018, os documentos classificados como de guarda permanente, em razão do seu valor probatório e informativo, constituem o acervo arquivístico histórico do Tribunal, devendo ser arquivados de forma a garantir sua preservação perene no suporte em que foram produzidos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos relativos à indicação de documentos à guarda permanente,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica instituído o marcador “Tema Relevante”, cujo modelo consta no anexo desta Portaria Conjunta, destinado à identificação de processos judiciais que serão submetidos à avaliação pela Comissão Técnica de Avaliação Documental (CTAD), que deliberará sobre a conveniência do recolhimento ao arquivo permanente.

Parágrafo único. Será considerado tema relevante, para o fim mencionado no *caput*, o conteúdo icônico, de interesse histórico ou cultural, para a preservação da memória do Tribunal e da sociedade.

Art. 2º A indicação à guarda permanente de processo judicial poderá ser feita, para o fim previsto no *caput* do art. 1º desta Portaria Conjunta, em qualquer fase da sua tramitação, por:

I – desembargador ou juiz de direito nos feitos em que tiver competência para decidir;

II - representantes de entidades de caráter histórico, cultural e universitário.

§ 1º A indicação mencionada no *caput* deverá conter justificativa a ser encaminhada para a CTAD após a baixa ou encerramento definitivo ou, ainda, quando da avaliação do processo judicial para fim de eliminação.

§ 2º Os processos judiciais indicados pelas pessoas mencionadas no inciso II somente serão submetidos à deliberação da CTAD após aprovação da indicação pelo magistrado mencionado no inciso I.

§ 3º Estando o processo judicial arquivado sem a indicação mencionada no *caput* deste artigo, o gestor da unidade de arquivo correspondente poderá indicar seu recolhimento à guarda permanente ao seu gestor máximo, que decidirá sobre o encaminhamento à CTAD.

Art. 3º No processo indicado à guarda permanente, será aposto o marcador “Tema Relevante”, em local visível e ausente de outras informações na capa, com menção do número da(s) folha(s) em que foi lançada a justificativa.

§ 1º Em se tratando de processos judiciais, com tramitação na primeira ou segunda instâncias, o responsável pela atividade prevista no *caput* deste artigo será o distribuidor, por determinação do juízo competente.

§ 2º Quando do preenchimento da lista de verificação de baixa disponibilizada no sistema de movimentação processual, o escrivão deverá assinalar a opção de indicação do processo à guarda permanente, mencionando, no campo “fundamento”, as folhas, no caso de processo físico, ou o evento, no caso de eletrônico, em que consta o termo de justificativa.

Art. 4º Nos processos judiciais com tramitação eletrônica, quando disponibilizada a opção nos respectivos sistemas, deverá ser informada a indicação à guarda permanente através de movimentação ou marcador correspondente, observados, no que couber, os trâmites dos art. 2º e 3º.

Art. 5º Os processos judiciais identificados com o marcador “Tema Relevante” deverão ser enviados à Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (DIRGED), que se encarregará de encaminhá-los à CTAD para os fins do *caput* do art. 1º.

§ 1º Não serão apreciados pela CTAD os processos nos quais não conste a apresentação de justificativa para o seu recolhimento à guarda permanente.

§ 2º Acatada a justificativa pela CTAD, o processo será recolhido à unidade de arquivo permanente, após o cumprimento do prazo de guarda no arquivo intermediário previsto no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Instituição.

§ 3º Rejeitada pela CTAD ou inexistente a justificativa, ficará sem efeito a indicação, e o processo, não havendo outro motivo para o seu recolhimento, será transferido para a unidade de arquivo intermediário correspondente onde aguardará o decurso do prazo de guarda até sua destinação final.

§ 4º A deliberação da CTAD constará dos autos antes da sua destinação à unidade de arquivo competente, devendo ser riscado o marcador em caso de rejeição.

Art. 6º Os processos baixados não identificados pelo marcador instituído por esta Portaria Conjunta cumprirão seus prazos de guarda e destinação de acordo com os critérios previstos em Lei e no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade dos Processos Judiciais.

Art. 7º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2018.

Desembargador JOSÉ AFRÂNIO VILELA

1º Vice-Presidente

Desembargadora ÁUREA MARIA BRASIL SANTOS PEREZ

2ª Vice-Presidente

Desembargador JOSÉ GERALDO SALDANHA DA FONSECA

Corregedor-Geral de Justiça

+++++

ANEXO À PORTARIA CONJUNTA Nº 5/2VP/2018

Modelo do marcador “Tema Relevante”

Tamanho 55 x 35 mm



+++++

DIRETORIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Diretora Executiva: Ana Paula Andrade Prosdocimi da Silva

CURSO JURÍDICO: “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR”

Modalidade a distância

2ª Turma

De ordem da Exma. Sra. Desembargadora Áurea Maria Brasil Santos Perez, Segunda Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, comunicamos que estarão abertas as inscrições para a 2ª turma do **Curso Jurídico: “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR”**, conforme abaixo especificado: